



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Maria Laídes Hanauer Flatin

Analista de Controle Externo

sicap@tce.to.gov.br

Tel: 3232- 5938

Palmas, TO 21 de novembro de 2008

- **Fonte de Recursos**
- **Cronograma Financeiro**
- **Limitação de Empenhos**
- **Dívidas**

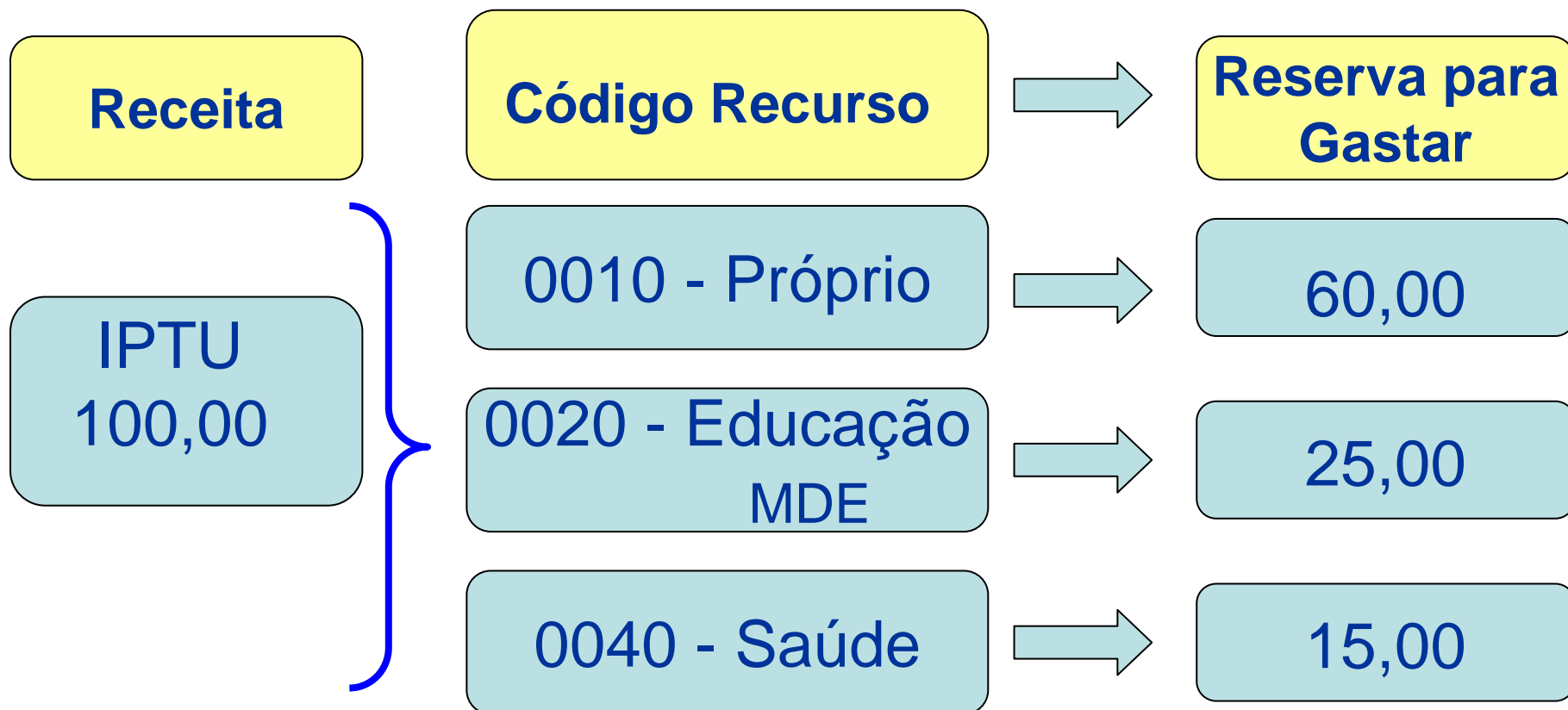
Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 1º Esta Lei Complementar **estabelece normas de finanças públicas** voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

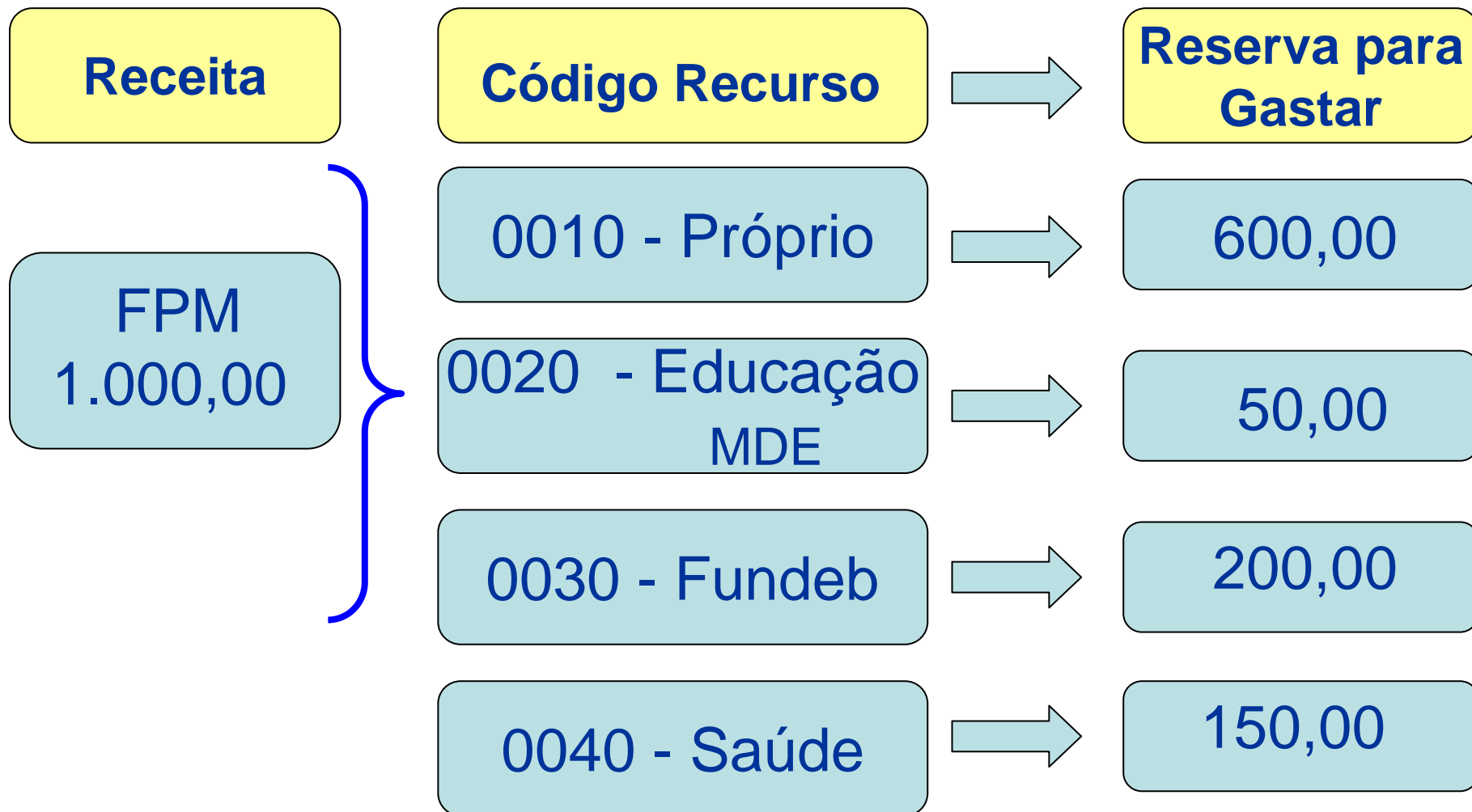
§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a **ação planejada e transparente**, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o **equilíbrio das contas públicas**, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

■ O que significa Fonte de Recursos?

Significa a maneira de controlar o dinheiro, desde a previsão da receita até a execução da despesa através de códigos.



Exercício de 2009



Receita

Código Recurso

Gastos

**Alienações
de Bens**

0070

Não

custeio

Sim

investimentos





Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Receita

Código Recurso

Gastos

**Comp.
Financeira
Recursos
Hídricos**

0060

**Não
Pessoal
e
Dívidas**

Art. 8º da Lei Federal nº 7990/89



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Programação Financeira por Bimestre

**Total Receita
Prevista
Ano**

1º

2º

3º

4º

5º

6º

12.000

Prevista:

2.000

2.000

1.800

2.200

1.700

2.300

Arrecadada:

1.800

2.000

1.800

2.200

1.700

2.300

Cronograma de Execução de Desembolso Mensal

**Despesa
Fixada Ano
12.000**

01

1.000

03

800

05

900

07

1.000

09

900

11

1.000

02

1.000

04

1.000

06

900

08

1.100

10

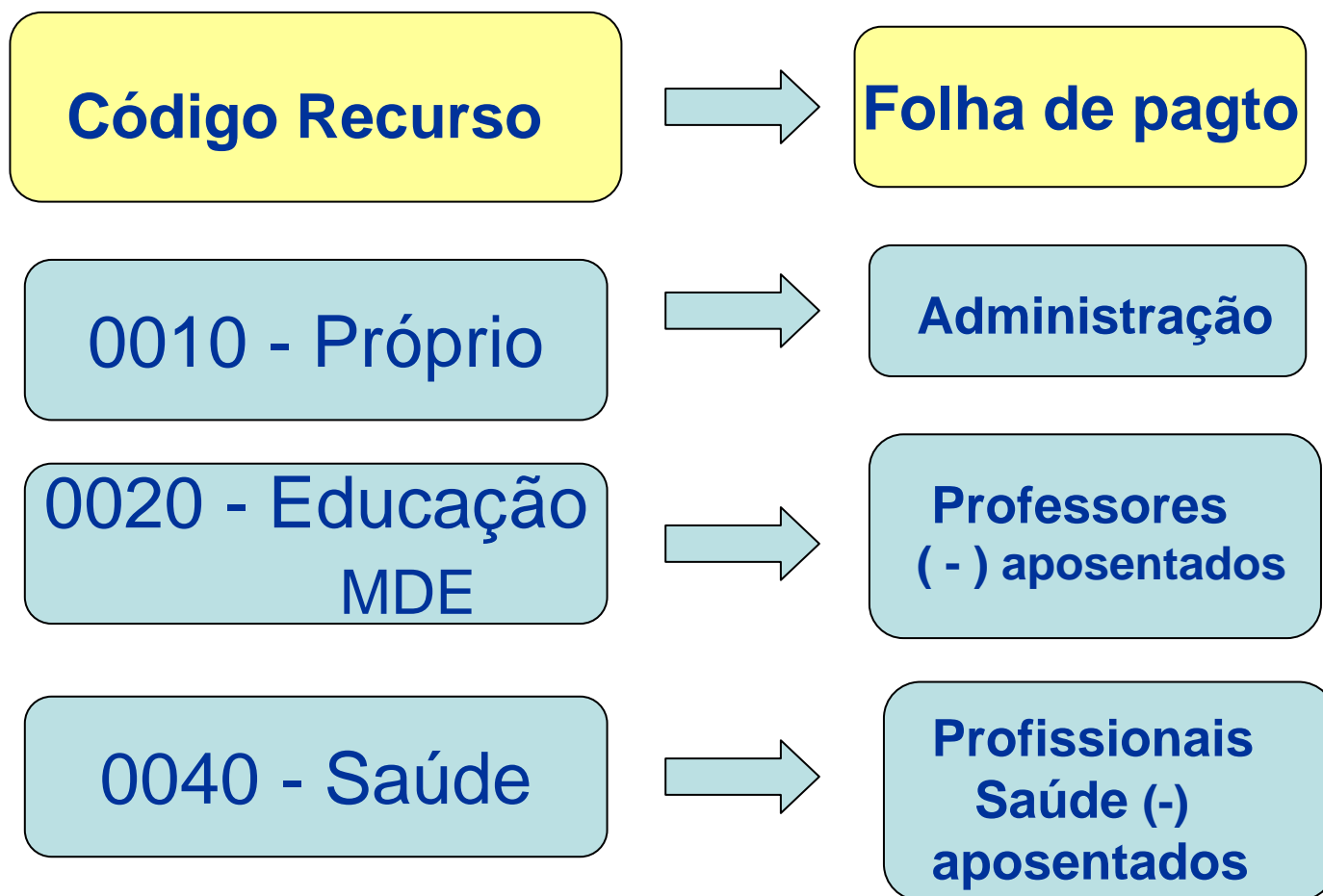
900

12

1.300

Limitação de Empenho

- Qual é a maneira correta de pagar os servidores ?



- **Como Novo Gestor, eu sou responsável pela dívida do prefeito anterior ?**

Sim. A dívida é do município e o pagamento é efetuado na ordem cronológica, de acordo com a fonte de recurso. (art. 5º e 92 da lei 8.666/93)

- **Como posso saber o total da dívida do município?**

BALANÇO PATRIMONIAL

1 - ATIVO

1.1- CIRCULANTE

Banco c/Movimento **10.000,00**

1.2 - REALIZ. LONGO PRAZO

1.4 - PERMANENTE

1.9 - COMPENSADO

2 - PASSIVO

2.1 – CIRCULANTE

Fornecedores **4.000,00**

Restos a pagar **2.000,00**

Precatórios **0,00**

2.2 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Parcelamento INSS **0,00**

Celtins **0,00**

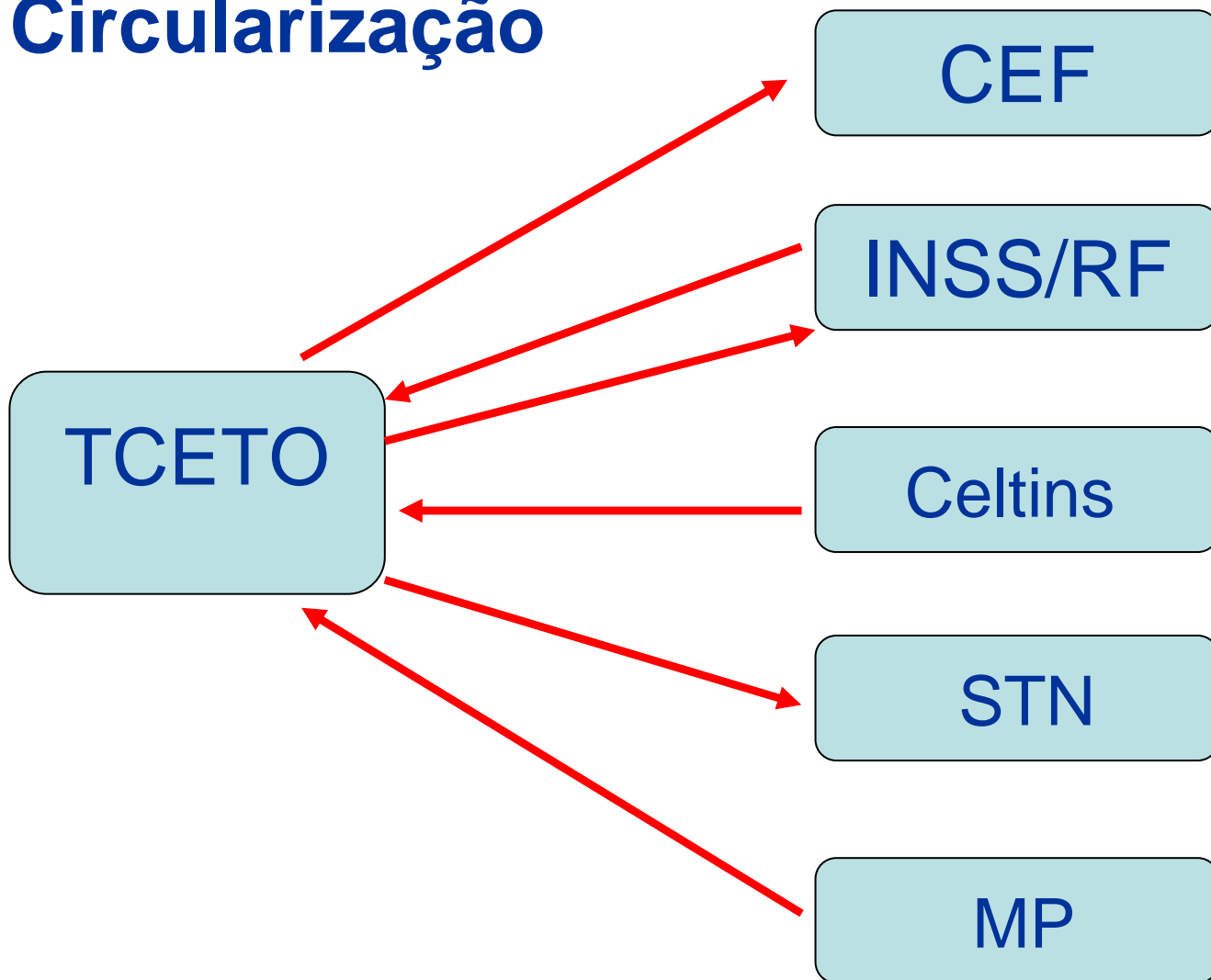
Precatórios **0,00**

2.3 - RES.DE EXERC.FUTUROS

2.4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.9 - COMPENSADO

Circularização



■ Art. 9º da Instrução Normativa

nº 06/2008 – contas anuais de ordenador

Apurada na análise das contas o não cumprimento dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, o Tribunal representará ao Conselho Regional de Contabilidade para os fins previstos no artigo 5º da Resolução CFC nº 751/1993 e artigo 11 da Resolução CFC nº 750/1993.



Controles e Determinações da LRF:

- Programação financeira;
- Cronograma mensal de desembolso;
- Limitação de Empenho;
- Relatório das receitas e gastos por fonte de recursos.

Acompanhamento da Gestão através de Relatórios Contábeis:

Emissão mensal dos demonstrativos contábeis inclusive do balancete de verificação. (Res.CFC 685/90 e NBC-T 2.7 item 05).

Equilíbrio das Contas Públicas!

Mensagem

Sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele, o oceano seria menor.

Madre Teresa de Calcutá